



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Dessa forma, a contabilização dos benefícios previdenciários passou a ser efetuada no Órgão 37904 – FRGPS.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Por sua vez, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação das Despesas com EPU e LOAS.

R\$

Origem Orçamentária	Natureza Despesa Detalhada	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
EPU	Complementação de Aposentadoria - Pessoal Civil	125.232.378,96	155.006.308,03
	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	115.827.294,31	132.575.253,37
	Pensões Vitalícias de Seringueiros	59.795.206,37	59.020.130,19
	Pensões de Vítimas de Hanseníase	26.872.038,87	28.442.308,13
	Pensões de Anistiados Políticos	21.506.349,40	21.596.937,60
	Pensões da Síndrome de Talidomida	8.524.868,58	7.266.577,44
	Pensões Graciosas/Indenizações. - Leis Específicas	369.490,67	462.108,57
	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	154.620,45	145.211,53
	13º Salários-Pensões Civil-Encargos Previdenciários da União - EPU	880,00	517,57
	Salário-Família Inativo Civil	95,10	99,75
EPU Total		358.283.222,71	404.515.452,18
LOAS	Benefícios ao Deficiente	7.216.910.371,11	6.343.514.817,08
	Benefício ao Idoso	5.756.908.353,09	5.196.046.052,12
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	327.207.352,01	344.160.323,88
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	58.622.617,40	71.843.411,17
LOAS Total		13.359.648.693,61	11.955.564.604,25
TOTAL		13.717.931.916,32	12.360.080.056,43

Fonte: SIAFI, 2016/2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Nos termos do art. 201 da CF/1988, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF/1988, o qual estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPU são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões decorrentes de Leis Específicas, conforme discriminado na tabela 1.

A quantidade de créditos no primeiro trimestre do exercício de 2017 por espécie de Benefícios com EPU estão discriminados na tabela a seguir.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 2 – Quantidade de Créditos com Encargos Previdenciários da União – EPU.

Discriminação	Quantidade				
	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Total	Média
ECT	5.224	5.215	5.197	15.636	5.212
Rede Ferroviária	43.076	42.922	42.700	128.698	42.899
Estatutário	904	900	894	2.698	899
Anistiados	664	661	659	1.984	661
Talidomida	1.041	1.043	1.045	3.129	1.043
LOAS	4.560.413	4.568.877	4.573.917	13.703.207	4.567.736
Hemodiálise - Caruaru	55	55	55	165	55
Hanseníase (Esp. 96)	6.127	6.101	6.080	18.308	6.103
TOTAL	4.617.504	4.625.774	4.630.547	13.873.825	4.624.608

Fonte: DATAPREV - Nota Técnica, competência jan/fev/mar/2017.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério da Previdência Social, Órgão 33.000 e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Órgão 42.000 e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio de sua Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do FRGPS são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 para a Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por repasse no primeiro trimestre do exercício de 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários.

R\$

Tipo de Fonte	Fonte	Fonte de Recursos	37202
Fonte Exclusiva para Pagamento de Benefícios Previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	95.907.329.779,08
	88	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	32.701.987.524,51
Subtotal			128.609.317.303,59
Não é Fonte Exclusiva para Pagamento de Benefícios Previdenciários	51	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	2.070.376.848,67
	69	Contrib. Patronal p/ o Plano de Segurid. Social Servidor	280.469.265,98
	00	Recursos ordinários	102.709.945,98
	18	Contribuições sobre concursos de prognósticos	84.391.881,16
Subtotal			2.537.947.941,79
TOTAL			131.147.265.245,38

Fonte: SIAFI, 2017.

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.653 (mil seiscentos e cinquenta e três) Agências de Previdência Social - APS¹. A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS. Para isso, o INSS conta em sua estrutura com um conjunto de bens móveis e imóveis para atendimento de sua clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

A Tabela 4 relaciona os principais grupos de contas do ativo, no qual é possível observar a relevância dos subgrupos “Imobilizado e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, que correspondem a 50,15% e 22,28% do ativo total no primeiro trimestre do exercício de 2017, respectivamente, face aos 42,36% e 21,90% dos mesmos Subgrupos no primeiro trimestre do exercício de 2016.

¹ Fonte: Portal INSS, base de dados da TB0700, em 25.4.2017.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Primeiro Trimestre de 2017

Enquanto no Subgrupo “Imobilizado” houve um acréscimo de 1,05% nos dois períodos comparados, o Subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” houve um decréscimo de 13,15% no mesmo período.

Tabela 4 – Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo.

R\$						
Grupo	Subgrupo	Março 2017	Março 2016	% AH	% AV 2017	% AV 2016
Ativo Circulante	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.483.962.702,24	2.290.922.516,72	(35,22)	26,36	34,73
	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.254.250.779,00	1.444.174.970,85	(13,15)	22,28	21,90
	Estoques	29.622.671,52	27.076.229,33	9,40	0,53	0,41
	Varição patrimonial Diminutiva pg Antecipada	250.553,96	297.057,17	(15,65)	0,00	0,00
Subtotal		2.768.086.706,72	3.762.470.774,07	(26,43)	49,17	57,04
Ativo Não Circulante	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.554.783,05	28.291.892,54	(2,61)	0,49	0,43
	Investimentos	10.934.553,13	10.934.553,13	0,00	0,19	0,17
	Imobilizado	2.823.250.580,42	2.793.898.055,67	1,05	50,15	42,36
	Intangível	-	16.331,25	(100,00)	0,00	0,00
	Ativos a Classificar – RPNP em Liquidação	-	102.893,75	(100,00)	0,00	0,00
Subtotal		2.861.739.916,60	2.833.243.726,34	1,01	50,83	42,96
TOTAL		5.629.826.623,32	6.595.714.500,41	(14,64)	100,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Dentre as contas que compõem o subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do INSS, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, recebimento de valores por terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, entre outros.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial que são utilizados para a prestação de serviços à sociedade.

As obrigações do INSS são compostas por débitos junto a fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

A Tabela 5 relaciona os grupos de contas que compõe o passivo.

Os subgrupos de contas do passivo, que se destacam por sua relevância, são as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar, pertencentes ao grupo Passivo Circulante, que correspondem a 20,96% do total do Passivo no primeiro trimestre do exercício de 2017, face aos 29,33% do total do Passivo no primeiro trimestre do exercício de 2016, evidenciando ainda uma queda de 38,98% em comparação dos dois períodos.

O Subgrupo de contas “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo”, pertencentes ao grupo Passivo Não Circulante, equivale a 800,63% do total do Passivo no primeiro trimestre do exercício de 2017, face aos 600,66% do total do Passivo no primeiro trimestre do exercício de 2016, evidenciado ainda um aumento de 13,77% em comparação dos dois períodos.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 5 – Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido.

R\$

Grupo	Subgrupo	2017	2016	% AH	% AV 2017	% AV 2016
Passivo Circulante	Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar - CP	1.180.278.238,91	1.934.382.444,92	(38,98)	20,96	29,33
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	293.649.108,26	672.436.431,99	(56,33)	5,22	10,20
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	325.874,32	360.221,80	(9,54)	0,01	0,01
	Demais Obrigações a Curto Prazo	226.329.274,05	188.126.930,48	20,31	4,02	2,85
Subtotal		1.700.582.495,54	2.795.306.029,19	(39,16)	30,21	42,38
Passivo Não Circulante	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	45.074.267.570,84	39.618.021.653,05	13,77	800,63	600,66
	Fornecedores a Longo Prazo	-	3.818,73	(100,00)	0,00	0,00
	Demais Obrigações a Longo Prazo	749.044,75	677.146,07	10,62	0,01	0,01
Subtotal		45.075.016.615,59	39.618.702.617,85	13,77	800,65	600,67
Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	77.802,24	(100,00)	0,00	0,00
	Demais Reservas	90,10	90,10	0,00	0,00	0,00
	Resultados Acumulados	(41.145.772.577,91)	(35.818.372.038,97)	14,87	(730,85)	(543,06)
Subtotal		(41.145.772.487,81)	(35.818.294.146,63)	14,87	(730,85)	(543,05)
TOTAL		5.629.826.623,32	6.595.714.500,41	(14,64)	100,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2016/2017



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

O Balanço Orçamentário - BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas².

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁴.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

² MCASP: MANUAL DE CONTABILIDADE Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 6. Ed.; 2014.

³ Idem.

⁴ Idem.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Esse item contempla numerários advindos de contribuições previdenciárias e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo.

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo apurados em Tomada de Contas Especial – TCE, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituível e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber a longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem obrigações registradas pelo custo decorrentes despesas com benefícios assistências e previdências, encargos sociais e despesas com pessoal.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São registradas as obrigações com fornecedores de bens e serviços adquiridos no país e no exterior.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem as obrigações fiscais com Municípios, Estados e com a União.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são composto pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, os Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo. São reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

No 1º Trimestre de 2017, o INSS apresentou um saldo de R\$ 1,254 bilhão referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores de Curto Prazo do 1º Trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 6 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

	R\$		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Março/2017	Março/2016	% AH
Adiantamentos Concedidos	181.339.683,34	201.941.885,48	(10)
Créditos por Dano ao Patrimônio	745.813.067,39	910.683.336,20	(18)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.087.755,09	9.252.517,31	(2)
Outros Créditos a Receber e valores de Curto Prazo	330.744.170,88	330.625.593,10	0,04
Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo	(12.733.897,70)	(8.328.361,24)	53
TOTAL	1.254.250.779,00	1.444.174.970,85	(13)

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Merecem destaque os Créditos por Danos ao Patrimônio. Em Março de 2017 totalizou-se R\$ 745 milhões e estão distribuídos em dois Subgrupos conforme detalhado na tabela a seguir.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 7 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição

R\$

	Março/2017	Março/2016	% AH
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	535.039.097,28	702.800.872,89	(24)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	210.685.301,64	207.882.463,31	1
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Processo Judicial	88.668,47	-	100
TOTAL	745.813.067,39	910.683.336,20	(18)

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio, 71% referem-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, os quais são compostos, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.

A variação negativa de 24%, ocorrida em Março de 2016 e Março de 2017 dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo é explicada em virtude de transferência dos créditos de caráter previdenciário para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.

Nota 02 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

No 1º trimestre, o INSS apresentou um saldo de R\$ 2,823 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 1º trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 8 – Imobilizado – Composição.

	R\$		
	Março/2017	Março/2016	% AH
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	516.697.705,58	502.423.347,75	3
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(269.695.501,33)	(223.504.733,62)	21
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	2.576.265.678,81	2.514.999.083,76	2
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL LÍQUIDO	2.823.267.883,06	2.793.917.697,89	1

Fonte: SIAFI, 2016/ 2017.

Vale destacar a variação positiva de 21% na Depreciação, entre o 1º trimestre de 2016 e 2017. Explica-se pelo maior desgaste ou obsolescência dos itens patrimoniais em utilização, bem como a aquisição de novos Bens pelas unidades do INSS.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em 31/12/2016, totalizaram R\$ 507 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhados na tabela a seguir.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 9 – Bens Móveis – Composição.

			R\$
	Março/2017	Março/2016	% AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	43.324.721,78	40.604.870,15	7
Bens de Informática	209.678.071,59	209.649.303,99	0,01
Móveis e Utensílios	210.279.296,66	198.817.674,71	6
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.352.210,70	13.313.805,28	0,29
Veículos	17.692.682,03	17.761.124,67	(0,39)
Armamentos	7.800,00	7.800,00	-
Demais Bens Móveis	22.362.922,82	22.268.768,95	0,42
TOTAL	516.697.705,58	502.423.347,75	3

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 81% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se Operacionais os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central. Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores ou dirigentes do INSS, ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim os de Reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS no 1º trimestre totalizaram R\$ 2,576 bilhões e estão contabilizados em grande parte na conta de Bens de Uso Especial não registrado no SPIUNET.

Tabela 10 – Variação Percentual de Bens Imóveis.

			R\$
	Março/2017	Março/2016	% AH
Bens de Uso Especiais não Registrados no SPIUNET	2.352.642.011,27	2.216.246.898,49	6,15%
TOTAL	2.352.642.011,27	2.216.246.898,49	

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

A variação apresentada de 6,15% no 1º trimestre de 2016 e 2017 encontra-se dentro do esperado. Isso se justifica pelas transferências durante o ano de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS para o INSS.

Tabela 11 – Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição no 1º trimestre 2017.

	R\$
	2017
Imóveis Residenciais / Comerciais	293.993.654,57
Edifícios	1.936.889.556,25
Terrenos/Glebas	59.563.043,19
Armazéns/Galpões/Silos	10.666.944,33
Estacionamentos e Garagens	1.142.241,48
Lojas	26.314.390,85
Salas e Escritórios	24.072.180,60
TOTAL	2.352.642.011,27

Fonte: SIAFI/2017.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Primeiro Trimestre de 2017

Conforme tabela acima, cerca de 60% dos Imóveis são compostos pelos Edifícios, no qual o INSS se utiliza para desempenho de suas atividades administrativas.

Depreciação

Os procedimentos para registro da depreciação de Bens Móveis no INSS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 03 – Passivo Circulante

No primeiro trimestre de 2017, constava no INSS saldo em aberto de R\$ 1.700.582.495,54, referente ao Passivo Circulante. A seguir, apresenta-se a tabela, em subgrupo.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Composição do INSS.

R\$				
Grupo	Subgrupo	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	% AH
PASSIVO CIRCULANTE	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo	1.180.278.238,91	1.934.382.444,92	(39)
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	293.649.108,26	672.436.431,99	(56)
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	325.874,32	360.221,80	(10)
	Demais Obrigações a Curto Prazo	226.329.274,05	188.126.930,48	20
TOTAL		1.700.582.495,54	2.795.306.029,19	(39)

Fonte: SIAFI, 2015/ 2016

A conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, no primeiro trimestre de 2017, teve diminuição de 39% em comparação ao primeiro



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

trimestre de 2016. A tabela abaixo representa a situação segregada em Indicador de Superávit Financeiro F (Financeiro) e P (Permanente).

Tabela 13 – Conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

		R\$
Ano	ISF	Valor Total
2017	F	967.401.054,77
	P	212.877.184,14
2016	F	1.755.980.849,61
	P	178.401.595,31

Fonte: SIAFI

Redução de 44,9% com ISF F relativo ao mesmo período de 2016, e o saldo com ISF P houve acréscimos de 19% com relação ao mesmo período de 2016.

O subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, no primeiro trimestre de 2017, teve uma redução de 56,33% com relação ao mesmo período do ano passado. A tabela abaixo representa a situação segregada em Indicador de Superávit Financeiro F (Financeiro) e P (Permanente).

Tabela 14 – Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

		R\$
Ano	ISF	Valor Total
2017	F	35.580.306,70
	P	258.068.801,56
2016	F	235.278.957,13
	P	437.157.474,86

Fonte: SIAFI, 2017.

Dessa forma, houve uma diminuição de 85% nos valores com ISF F no primeiro trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 e uma diminuição de 41% nos valores com ISF P, respectivamente. Essa redução tanto com ISF F como ISF P ocorreu pelo



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

pagamento de despesas de exercícios anteriores de remuneração bancária efetuada pelo INSS no final do ano passado.

Tabela 15 - Pagamentos de Remuneração Bancária Efetuados em 2016.

R\$		
Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
283.783.826,86	283.781.925,77	277.319.206,62

Fonte: SIAFI

As tabelas a seguir apresentam os principais fornecedores do órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social do primeiro trimestre de 2017, segregados em ISF F e P.

Tabela 16 – Fornecedores com ISF F.

			R\$
Fornecedor	ISF Lançamento	Saldo Atual	
00360305000104 Caixa Econômica Federal	F	3.555.040,18	
01077145000153 DATAMETRICA Contact Center Ltda	F	1.765.226,85	
01077145000587 DATAMETRICA Contact Center Ltda	F	1.024.164,62	
42422253000101 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	F	6.770.195,63	
TOTAL		13.114.627,28	

Fonte: SIAFI, 2017.

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira fase da despesa, com emissão de empenho.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 17 – Fornecedores com ISF P.

R\$

Fornecedor		ISF Lançamento	Saldo Atual
92702067000196	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A	P	1.522.124,11
07237373000120	Banco do Nordeste do Brasil S.A	P	2.323.088,57
58160789000128	Banco SAFRA S.A	P	5.195.215,25
42422253000101	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – -DATAPREV	P	235.442.146,24
33700394000140	UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.	P	1.044.336,32
TOTAL			245.526.910,49

Fonte SIAFI, 2017.

Registros efetuados em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador, sem suporte orçamentário.

Nota 04 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.

No 1º trimestre, o INSS apresentou um saldo de R\$ 45,074 bilhões de Passivo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Passivo Não Circulante, para o 1º trimestre de 2016 e 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Tabela 18 – Passivo Não Circulante – Composição.

	R\$		
Passivo Não Circulante	Março/2017	Março/2016	% AH
Empréstimo e Financiamentos a Longo Prazo	45.074.267.570,84	39.618.021.653,05	14
Fornecedores a Longo Prazo	-	3.818,73	(100)
Demais Obrigações a Longo Prazo	749.044,75	677.146,07	11
TOTAL	45.075.016.615,59	39.618.702.617,85	14

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

De acordo com a tabela acima, grande parte, 99%, do Saldo Contábil no Subgrupo Passivo Não Circulante, em Março/2017, é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação apresentada de 14% dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo em relação ao 1º trimestre de 2016 e 2017 foi decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.

Nota 05 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IF's contratadas.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Primeiro Trimestre de 2017

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IF's.

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IF's passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se então o processo licitatório que culminou com anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IF's remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IF's permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação de 2017 em cada um dos códigos de recolhimento.

Tabela 19 – Receita do Leilão por Código de Pagamento.

Código	2017	R\$
20029-8 – 1º Leilão		58.762.346,16
20042-5 – Estoque		18.557.639,99
20002-6 – 2º Leilão		152.896.659,71
TOTAL		230.216.645,86

Fonte: SIAFI, 2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Primeiro Trimestre de 2017

Destacamos na tabela abaixo a arrecadação referente à receita do leilão dos anos de 2015, 2016 e do primeiro trimestre de 2017.

Tabela 20 – Receita do Leilão – 2015 a 2017 (1º Trimestre).

R\$

Código	2015	2016	2017 (1º Trimestre)
20029-8 – 1º Leilão	236.727.481,00	232.731.700,77	58.762.346,16
20042-5 – Estoque	69.006.779,00	72.655.896,05	18.557.639,99
20002-6 – 2º Leilão	138.628.976,00	425.361.795,89	152.896.659,71
TOTAL	444.363.236,00	730.749.392,71	230.216.645,86

Fonte: SIAFI, 2015/2016/2017.

Da análise da tabela acima constatamos uma redução nos valores do 1º Leilão e do Estoque tendo em vista a morte dos beneficiários. Percebe-se também aumento no valor arrecadado do 2º Leilão tendo em vista as novas concessões de benefícios.